

Desindexação ampla

13 JUN 1995

O presidente Fernando Henrique Cardoso quer uma desindexação ampla da economia. S. Exa. afirmou que, além da desindexação salarial, quer também o fim da Taxa Referencial de Juros (TR) e da Ufir. A manifestação do presidente foi transmitida pelo deputado Luís Carlos Hauly, do Paraná, e foi feita durante almoço com a bancada do PSDB na Câmara. Outro deputado, o líder José Aníbal, avançou sobre o tema: "Teremos taxas livremente arbitradas pelo mercado, como existem nos países desenvolvidos e mesmo em países emergentes, como Taiwan".

Politicamente, não cabe discutir a desindexação deve ser ampla. Tratamentos diferenciados teriam sabor de injustiça, como se anuncia para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que passaria a ser corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), menor que a inflação. Isso já ocorreu no passado. Por exemplo, no biênio 79/80, quando a correção monetária foi prefixada em cerca da metade da inflação, com enormes perdas para os titulares do FGTS e de depósitos de poupança e alívio para os devedores, a começar do Tesouro.

O governo está pressionado para mudar rapidamente a indexação, hoje mais restrita do que antes do real. A premência decorre da morte do IPC-r como indexador salarial, em 1º de julho. Nada indica, porém, que o assunto possa ser resolvido facilmente. Aliás, conviria saber se sobre ele há consenso entre o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, pois se trata de um assunto que mexe diretamente com as rendas de trabalhadores, aplicadores e do próprio governo. Portanto, com fortes conotações políticas.

É conveniente observar, assim, como o novo presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, abordou o assunto. S. Sa. se referiu a modificações no cálculo da TR, com vistas a elevar a remuneração dos aplicadores, mas não chegou a se definir pela extinção desse indicador de juros. Ao contrário, chegou a afirmar, ao tomar posse, que a TR continuará sendo o fator de correção da caderneta de poupan-

ça e do saldo devedor do SFH. Cabe assim indagar se a desindexação poderá ser tão ampla quanto o presidente parece querer, embora se saiba da conveniência dela para obter uma nova e importante vitória na front inflacionário. A rigor,

os efeitos da indexação são muito diferentes, conforme os itens. Não é igual desindexar tributos, poupanças e salários. Ou, então, aluguéis e contratos, em especial aqueles de longo prazo.

**A desindexação
deverá ser ampla,
apesar de todos
os obstáculos que
se erguem no
caminho dela**

Uma questão que se apresenta é se o declínio da inflação tem bases sólidas e se os excepcionais resultados conseguidos no primeiro semestre poderão ser assegurados na segunda metade do ano. Talvez, não. Os reajustes de preços públicos e tarifas mostram que tudo é muito mais difícil do que gostaria o presidente. Um exemplo disso é que se verifica a impossibilidade de rejeitar os aumentos na área pública. É o caso das elevações dos preços das passagens de ônibus e metrô, dos reajustes da água, gás e trens. Isso tem impacto direto sobre os indicadores de preços e assim já se admite que o Índice de Preços ao Consumidor da Fipe em julho poderá ser maior que o estimado. Por enquanto, os técnicos responsáveis pelo índice sugerem que o percentual poderá ficar em torno dos 2,5%, mas análises dos departamentos técnicos de bancos de investimentos projetam mais. Os preços também estarão mais pressionados na entressafra agrícola, em contraste com o fator de deflação que representaram até aqui, com quedas da ordem de 20% na carne bovina, por exemplo, desde o final do ano passado.

A segunda questão, ligada à primeira, diz respeito à indexação dos tributos e à correção dos balanços das empresas. Não custa recordar que a ministra Zélia Cardoso de Mello eliminou o BTN Fiscal em 1991, quando foi lançado o Collor 2, com graves prejuízos. Há um paradoxo no ar: deve-se defender a desindexação irrestrita, mas se houver inflação, ainda que baixa, da ordem de 2% ao mês, as tensões persistirão. A espécie *homo indexadus* a que se referiu o ministro Malan talvez ainda resista antes que haja um real equilíbrio macroeconômico.